

**I**NICIEMOS este artigo com uma pequena história: "Tsé-Kung perguntou sobre o Governo e Confúcio respondeu: 'O povo deve ter o bastante para comer; é preciso um exército suficiente; é necessário que o povo confie no governante'. E se fores forçado a sacrificar um desses objetivos, qual deles sacrificarás primeiro? — prosseguiu Tsé-Kung, Confúcio disse: 'Em primeiro lugar, abandonaria o exército'. E se fores forçado a abrir mão de um dos outros fatores restantes, com qual ficarias? — perguntou de novo Tsé-Kung. 'Eu ficaria sem alimento suficiente para o povo', disse Confúcio. 'Houve sempre mortes em cada geração desde que o homem vive, mas uma nação não pode existir sem confiança no seu governante'".

Quanta lição encerra esta conversa! Ao lê-la, veio-nos à lembrança a atuação de alguns ministros do atual Governo, especificamente da área econômica. Alguém neste país ainda acredita ou tem confiança naquilo que dizem? Vamos recuar um pouco para 1981, já depois das duas crises do aumento do preço do petróleo. A revista *A Defesa Nacional*, em seu número de jan-fev. de 1981, publica extenso artigo do Sr Delfim Neto, já de novo condutor de nossa política econômica, sob o título: *Análise da Política Econômica Nacional*. Lá se lê, na página 104, o Sr Delfim Neto falando da dívida externa: "O que é importante compreender é que essa dívida é grande, mas ela é muito bem administrada, não tem causado nenhum problema". Mais adiante, observando o endividamento de vários países declara (pág. 105): "A Argentina está numa posição favorável hoje". E em seguida referindo-se à dívida dos países produtores de petróleo, especificamente México e Venezuela: "O que nós deveríamos perguntar era o seguinte: por que os países produtores de petróleo têm uma dívida superior à do Brasil? Por uma razão óbvia: é que, sendo produtores de petróleo, eles têm crédito. Então, além de exportar petróleo, eles ainda tomam empréstado, porque há disponibilidade de recursos. Eles estão fazendo realmente a política mais inteligente possível: exportando muito e tomando muito empréstado".

Os leitores viram o que aconteceu à Argentina, México e Venezuela. Simplesmente quebraram. O que mostra que o Sr Delfim Neto como analista econômico ou como pitonisa é um verdadeiro fracasso. Chegemos agora a julho de 1982. Nesta data, o Sr Delfim Neto, em célebre discurso proferido no Hotel Rio Palace, num dos muitos banquetes a ele oferecidos por nossas classes produtoras (ou seriam classes banqueteadoras?), declarou textualmente que nada ia mudar na economia, porque tudo que estava sendo feito estava certo. E mais, repetiu que a nossa dívida externa estava bem administrada. (Para nós, dívida bem administrada é aquela que se paga.) Menos de seis meses depois, foi o que se viu. Nada estava certo na economia, a inflação disparou e a dívida externa estava na realidade fora do controle.

Depois, veio o *affaire* FMI e a famosa Carta de Intenções. Ao lê-la, acudiu-nos este pensamento: Coitado, o papel aceita tudo. Como acreditar que a inflação vai baixar para 70% em 1983, se isto vem sendo prometido pelos senhores ministros econômicos já há bastante tempo? E o superávit comer-

cial de seis bilhões de dólares? Alguém acredita nele?

A verdade é que seus próprios autores não acreditavam no que tinham escrito. Ainda estavam quentes as cópias xerox da primeira carta, quando se apressaram em enviar uma segunda, em que diziam que essa questão de inflação de 78% era "brincadeira". E empurraram-nos pela goela abaixo uma maxidesvalorização do cruzeiro para garantir, segundo eles, "o superávit de seis bilhões de dólares na balança comercial, quando antes afirmavam que uma desvalorização de 12% acima da inflação era o suficiente. Mas eles sabem tão bem quanto nós que a maxidesvalorização não garante coisa alguma em matéria deste superávit. Nas condições atuais de protecionismo mundial, isto é praticamente impossível. Só se pararmos de importar.

Ao apresentar, no fim do ano passado, seu planejamento das contas externas para 1983, o Banco Central anunciava que, com o empréstimo jumbo de quatro bilhões de dólares e o adiamento do pagamento de outros US\$ 4 bilhões, o Brasil não precisaria recorrer mais a empréstimos externos durante 1983. Já agora se anuncia que as contas estão erradas e o Brasil vai precisar de mais quatro bilhões de dólares para fechar seu balanço de pagamentos em 1983. Os ministros da área econômica desmentem. Mas de que valem os desmentidos ministeriais? Absolutamente nada, pois, no passado, já desmentiram muita coisa que depois aconteceu. Nós, aliás, no artigo *O ano que vem* (JB-24.12.82), já alertávamos que as projeções da área econômica estavam erradas e que precisaríamos de mais alguns bilhões de dólares. E o Banco Central possui muito mais recursos e informações do que nós para fazer cálculos certos.

Nunca se viu tanta contradição, tanta insegurança, tão pouca competência na direção dos negócios públicos como estamos verificando agora no Brasil na condução dos assuntos econômicos.

O Presidente da República parece não gostar que se critique seus auxiliares. Mas não se critica pelo prazer de criticar. Seria mais fácil, e renderia melhores dividendos, elogiar. Critica-se para ajudá-lo. Critica-se na esperança de que ele leia as críticas, averigüe-as e livre-se das mediocridades que o cercam e que impedem que as verdades cheguem ao seu conhecimento. Poderíamos, a este respeito, lembrar esta passagem ocorrida com D. Pedro II. Instado pelos seus aúlicos a estabelecer a censura à imprensa, que no seu reinado gozava de toda liberdade e criticava duramente o governo, o monarca brasileiro retrucou: "De modo algum. De que outra maneira vou tomar conhecimento dos erros dos meus ministros?"

O Presidente Figueiredo não parece disposto a alterar seu Ministério. Deve ter razões muito fortes para isto, pois está penalizando a si próprio, pondo em risco a eficiência do seu governo e frustrando a expectativa da sociedade, pois novos nomes sempre trazem novas esperanças. E nesta hora difícil nunca é demais meditar no conselho de Confúcio.